

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, na folha de respostas, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá **pontuação positiva**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá **pontuação negativa**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a folha de respostas, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

PROVA OBJETIVA

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 8.

Técnico industrial: quais são suas funções e obrigações legais

O papel do técnico industrial envolve desde a elaboração de projetos técnicos, passando pela manutenção em equipamentos, a planejamento, execução e supervisão de processos produtivos e controle de qualidade operacional. Trata-se de um profissional de nível médio, regulamentado no Brasil, que desempenha funções essenciais para a conformidade legal e para a segurança dos processos produtivos.

Neste artigo, vamos explorar, inicialmente, as funções do técnico industrial, bem como esclarecer quando é obrigatório o seu registro junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CFT/CRTs). Além disso, serão detalhadas as obrigações legais que envolvem tanto o profissional quanto as empresas que o contratam. Dessa forma, a referida prática torna-se crucial para evitar passivos trabalhistas, autuações e riscos operacionais.

O técnico industrial é habilitado para atuar em diversas áreas, como mecânica, elétrica, eletrônica, química, segurança do trabalho, entre outras. Seu papel vai além da execução prática: ele pode assumir responsabilidade técnica em projetos e serviços, o que significa responder legalmente pela conformidade e segurança das atividades realizadas.

Assim sendo, entre as atribuições estão: instalação e manutenção de equipamentos industriais; supervisão de processos produtivos; emissão de termo de responsabilidade técnica (TRT); e apoio a engenheiros e gestores na implementação de normas técnicas e regulatórias.

Destaca-se, ainda, que o exercício da profissão exige, primeiramente, registro ativo junto ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT), que, por sua vez, é vinculado ao CFT. Além disso, esse registro é obrigatório sempre que o técnico desempenha funções que envolvem responsabilidade técnica ou, ainda, quando emite documentos que comprovam sua habilitação.

Internet: <blog.iusnatura.com.br> (com adaptações).

Acerca dos aspectos textuais e gramaticais, julgue os itens seguintes.

- 1 O texto apresenta caráter denotativo, visto que ele não possui natureza polissêmica.
- 2 No título do texto, “Técnico industrial: quais são suas funções e obrigações legais”, ocorre um caso de coesão catafórica, que é operada pelo pronome possessivo “suas”, o qual se relaciona semanticamente com o termo “Técnico industrial”.
- 3 No trecho “O papel do técnico industrial envolve desde a elaboração de projetos técnicos, passando pela manutenção em equipamentos, a planejamento, execução e supervisão de processos produtivos e controle de qualidade operacional.”, a reescrita de “a planejamento” para **à planejamento** manteria a correção gramatical do texto.
- 4 No fragmento “Trata-se de um profissional de nível médio, regulamentado no Brasil,”, a estrutura “trata-se” é composta, respectivamente, de uma forma verbal no presente do indicativo e de um índice de indeterminação do sujeito, ambos seguidos de um termo integrante, que é o objeto indireto “de um profissional de nível médio”, e de um aposto explicativo, que é o termo “regulamentado no Brasil”.
- 5 Em “Neste artigo, vamos explorar, inicialmente, as funções do técnico industrial, bem como esclarecer quando é obrigatório o seu registro junto ao Conselho Federal e aos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CFT/CRTs).”, o termo “do técnico industrial” exerce a função sintática de complemento nominal.
- 6 No trecho “O técnico industrial é habilitado para atuar em diversas áreas, como mecânica, elétrica, eletrônica, química, segurança do trabalho, entre outras.”, o termo “como” é empregado para introduzir uma cadeia enumerativa de exemplos.
- 7 Em “Assim sendo, entre as atribuições estão:”, o termo “Assim sendo” pode ser substituído, mantendo-se o sentido original do texto, por **Logo**.
- 8 No fragmento “Destaca-se, ainda, que o exercício da profissão exige, primeiramente, registro ativo junto ao Conselho Regional dos Técnicos Industriais (CRT),”, o conectivo “que” classifica-se como pronome relativo.

Texto para os itens de 9 a 16.**Controle em malha fechada**

No processo típico de troca de calor, bem como nos demais casos de controle de processos, a função fundamental do sistema de controle em malha fechada, ou sistema de controle com realimentação, é manipular a relação entrada/saída de energia ou material. Dessa forma, a variável controlada do processo deverá ser mantida dentro dos limites estabelecidos, ou seja, o sistema de controle em malha fechada regula a variável controlada, fazendo correções em outra variável de processo, que é chamada de variável manipulada.

Para o controle em malha fechada, então, determina-se que: seja realizado por um operador humano (controle manual); ou que seja realizado mediante a utilização de instrumentação (controle automático).

No controle manual, o operador terá como função medir a temperatura do fluido aquecido (variável de processo) e corrigir a vazão do vapor adicionando ao trocador (variável manipulada), de forma a manter a temperatura da variável controlada no valor desejado (referência ou *set point*). Ou seja, o operador irá medir a temperatura do fluido aquecido por meio de um instrumento indicador, e este sinal será comparado com a temperatura desejada. Dessa forma, caso a temperatura esteja acima ou abaixo do valor desejado, o operador deverá atuar sobre a válvula de admissão de vapor e fazer a correção.

Internet: <static.portaldaindustria.com.br> (com adaptações).

No que diz respeito aos aspectos textuais e gramaticais, julgue os itens a seguir.

- 9 O texto caracteriza-se por ser tanto informativo quanto instrumental e, também, por apresentar construções de cunho metafórico.
- 10 O título do texto, “Controle em malha fechada”, poderia ser reescrito como **Controle em Malha Fechada.**, mantendo-se a correção gramatical do trecho.
- 11 Em “No processo típico de troca de calor”, no início do texto, o emprego da vírgula é facultativo.
- 12 Em “ou que seja realizado mediante a utilização de instrumentação (controle automático).”, a construção “mediante a” pode ser substituída pela expressão **por intermédio da**, sem prejuízo ao sentido original e à correção gramatical do texto.
- 13 No fragmento “No controle manual, o operador terá como função medir a temperatura do fluido aquecido (variável de processo)”, a forma verbal “terá” está conjugada no futuro do presente do indicativo, e equivale semanticamente à locução verbal “vai trazer”.
- 14 No trecho “de forma a manter a temperatura da variável controlada no valor desejado (referência ou *set point*).”, as palavras entre parênteses indicam contexto de explicação, de detalhamento de uma informação anteriormente expressa.

- 15 Considerando o trecho “Ou seja, o operador irá medir a temperatura do fluido aquecido por meio de um instrumento indicador”, é correto afirmar que a palavra “fluido” apresenta a forma variante “fluído”, o que implica a mesma classificação morfológica e a mesma aceção para ambos os termos.

- 16 No fragmento “Dessa forma, caso a temperatura esteja acima ou abaixo do valor desejado, o operador deverá atuar sobre a válvula de admissão de vapor e fazer a correção.”, a locução verbal “deverá atuar” é complementada por um objeto indireto, o qual é representado pelo termo “sobre a válvula de admissão de vapor”.

Considerando os anagramas da palavra CASTELO, julgue os itens a seguir.

- 17 O número total de anagramas é igual a 5.040.
- 18 O número de anagramas que começam com C e terminam com O é igual a 120.
- 19 O número de anagramas em que as vogais aparecem juntas é igual a 360.

Laura, Mônica e Nicole participaram de uma feira de ciências. Cada uma apresentou exatamente um dos seguintes experimentos: vulcão de bicarbonato e vinagre; cristais de açúcar; e lâmpada de lava caseira. Além disso, nenhum experimento foi apresentado por mais de uma estudante. Nesse contexto, sabe-se que

- ou Laura apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre, ou Nicole apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre;
- ou Laura apresentou os cristais de açúcar, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira;
- ou Nicole apresentou a lâmpada de lava caseira, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira;
- ou Mônica apresentou os cristais de açúcar, ou Nicole apresentou os cristais de açúcar.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 20 Laura apresentou o vulcão de bicarbonato e vinagre.
- 21 A proposição “Se Mônica apresentou os cristais de açúcar, então Nicole apresentou a lâmpada de lava caseira” é verdadeira.
- 22 A negação de “Ou Laura apresentou os cristais de açúcar, ou Mônica apresentou a lâmpada de lava caseira” é “Laura não apresentou os cristais de açúcar e Mônica não apresentou a lâmpada de lava caseira”.

Durante uma semana, Gael anotou quantos passarinhos vieram beber água no bebedouro que ele colocou no quintal de casa. Assim:

- na segunda-feira, ele contou 8 passarinhos;
- na terça-feira, 12;
- na quarta-feira, 10;
- na quinta-feira, 15;
- na sexta-feira, 10;
- no sábado, 18; e
- no domingo, 11.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens a seguir.

- 23** Em exatamente 3 dias da semana, o número de passarinhos foi maior do que a média semanal.
- 24** A mediana do número de passarinhos registrados na semana foi igual a 10.
- 25** A moda do número de passarinhos registrados na semana foi igual a 10.

Dalila e Magali têm idades inteiras, em anos. Atualmente, a soma dos números que representam essas idades é igual a 42, e o produto desses números é igual a 432. Sabe-se, ainda, que Dalila é mais velha do que Magali.

A partir dessa situação hipotética, julgue os itens seguintes.

- 26** Dalila tem 24 anos de idade.
- 27** Há 6 anos, a soma das idades de Dalila e Magali era igual a 28.
- 28** Daqui a 4 anos, Dalila terá o dobro da idade de Magali.

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o mouse esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do mouse; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Acerca dos conceitos básicos de hardware e do sistema operacional Windows nas versões 10 e 11, julgue os itens a seguir.

- 29** Os SSDs com base na tecnologia NVMe (*Non-Volatile Memory Express*) utilizam o barramento PCI Express para se comunicarem diretamente com o processador, alcançando taxas de transferência de dados significativamente superiores às proporcionadas pelo barramento SATA tradicional.
- 30** A placa-mãe é o componente de hardware responsável de forma exclusiva por realizar todo o processamento aritmético e lógico de todas as instruções de programas executados no computador.
- 31** O Windows 10 e o Windows 11 utilizam o sistema de arquivos NTFS como padrão para a partição do sistema, o qual oferece recursos de segurança avançados não disponíveis no FAT32, como o suporte nativo à criptografia de arquivos (EFS).

- 32** No Windows 11, a segregação de janelas de acordo com o contexto de uso é realizada exclusivamente por meio do recurso de arranjo de telas conhecido como Snap Layouts, uma vez que o sistema operacional não dispõe de suporte nativo para a criação de múltiplas áreas de trabalho virtuais pelo usuário.

No que diz respeito aos conceitos básicos de redes de computadores, de Internet e de intranet, julgue os itens seguintes.

- 33** Uma intranet é uma rede privada corporativa que se baseia no protocolo TCP/IP – sendo o mesmo conjunto de protocolos de comunicação da Internet – e cujo acesso é restrito exclusivamente aos membros autorizados de uma determinada organização.
- 34** O protocolo HTTPS utiliza criptografia em conjunto com certificados digitais SSL/TLS para assegurar a confidencialidade da navegação do usuário.
- 35** No navegador Microsoft Edge, a remoção de *cookies* e de outros dados de sites por meio do recurso para limpar dados de navegação resulta na revogação automática e obrigatória das permissões de privacidade customizadas daquela página, tais como a autorização de acesso à câmera ou à localização do dispositivo.
- 36** No motor de busca Google, a execução da pesquisa avançada por meio da sintaxe “curso público” AND site:gov.br – edital restringe os resultados ao domínio governamental e à frase exata contida entre aspas, garantindo que o termo “edital” seja, obrigatoriamente, indexado como palavra-chave secundária nos resultados.

Quanto aos conceitos de segurança (vírus, antivírus, *firewall*) e de transformação digital, julgue os itens a seguir.

- 37** Trojans distinguem-se por possuírem a capacidade exclusiva de se autorreplicarem e se propagarem de forma autônoma pelas redes de computadores locais, explorando as vulnerabilidades de serviços de rede ativos sem requerer a execução de um arquivo hospedeiro.
- 38** O *firewall* atua no controle e na filtragem do tráfego de rede de entrada e saída com base em regras de segurança predefinidas, ao passo que a detecção e a subsequente eliminação de vírus em arquivos locais configuram tarefas típicas de programas antivírus.
- 39** Os grandes modelos de linguagem (LLMs), aplicados em sistemas de chat inteligente, atingiram um estágio tecnológico de consciência própria e sensibilidade, o que assegura a precisão matemática e a infalibilidade absoluta de todas as suas respostas factuais.
- 40** No modelo de computação em nuvem IaaS, a responsabilidade do provedor limita-se ao fornecimento e à manutenção da infraestrutura física e da virtualização, cabendo ao cliente o gerenciamento, a configuração e a atualização do sistema operacional, dos *middlewares* e das aplicações instaladas.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

Acerca da ética na função pública, julgue os itens a seguir.

- 41** A ética administrativa não se satisfaz com a conformidade formal da conduta à lei, pois o servidor público, no exercício da função, deve avaliar, também, a finalidade pública, a honestidade, a justiça e a conveniência moral do ato praticado.
- 42** A conduta do servidor em sua vida privada é irrelevante para a ética funcional, pois o Código de Ética limita a sua incidência aos atos praticados no interior da repartição ou durante o expediente formal de serviço.
- 43** A comissão de ética pode aplicar censura ao servidor que incorra em falta ética, mas não possui competência para impor penalidades disciplinares típicas, como suspensão ou demissão, sem prejuízo de eventual apuração disciplinar pelos órgãos competentes.

Quanto aos princípios fundamentais da Administração Pública, julgue os itens seguintes.

- 44** Na publicidade institucional, a inexistência de nome, de fotografia ou de cargo da autoridade afasta a caracterização de promoção pessoal, ainda que a peça utilize slogans, elementos visuais ou contexto de divulgação capazes de associar a realização administrativa à figura pessoal do agente público.
- 45** A motivação formal de ato administrativo discricionário, ainda que não seja expressamente exigida em lei para a hipótese, impede o controle judicial de sua compatibilidade com os princípios da moralidade, da impessoalidade e da finalidade pública, pois o mérito administrativo é insuscetível de revisão pelo Poder Judiciário.

Com base na Lei nº 8.429/1992, julgue os itens a seguir, acerca dos atos de improbidade administrativa.

- 46** A divergência interpretativa da Lei, com base em jurisprudência, ainda que não seja pacificada, configurará ato de improbidade administrativa, caso o entendimento adotado pelo agente público não venha a prevalecer posteriormente nas decisões dos órgãos de controle ou dos tribunais do Poder Judiciário.
- 47** A Lei nº 8.429/1992 prevê que os sócios, os cotistas, os diretores e os colaboradores de pessoa jurídica de direito privado não respondem automaticamente pelo ato de improbidade imputado à pessoa jurídica. A responsabilização pessoal, então, somente ocorrerá se houver, comprovadamente, participação e benefícios diretos, hipótese em que responderão nos limites de sua participação.
- 48** Constitui ato de improbidade administrativa, que atenta contra os princípios da Administração Pública, a ação ou a omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, consistente em revelar fato ou circunstância de que o agente público tenha ciência em razão das atribuições e que deva permanecer em segredo, propiciando beneficiamento por informação privilegiada ou colocando em risco a segurança da sociedade e do Estado.

- 49** A posse e o exercício do agente público ficam condicionados à apresentação de declaração de imposto de renda e de proventos de qualquer natureza apresentada à secretaria especial da Receita Federal do Brasil, devendo a declaração ser atualizada anualmente e sendo dispensada nova atualização na data em que o agente público deixar o exercício do mandato, do cargo, do emprego ou da função.
- 50** O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente estará sujeito à obrigação de reparar o dano, ainda que o valor da reparação ultrapasse o limite da herança ou do patrimônio transferido.

No que diz respeito ao processo administrativo federal, julgue os itens seguintes, acerca da Lei nº 9.784/1999.

- 51** O administrado que tenha a condição de interessado tem direito de ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que figure nessa condição, de ter vista dos autos, de obter cópias de documentos neles contidos e de conhecer as decisões proferidas, ressalvados os dados e os documentos de terceiros protegidos por sigilo ou pelo direito à privacidade, à honra e à imagem.
- 52** O administrado somente está obrigado a prestar informações e colaborar para o esclarecimento dos fatos quando tais informações forem favoráveis ao pedido formulado, pois a busca da verdade material constitui ônus exclusivo da Administração.
- 53** A assistência por advogado é, em regra, facultativa no processo administrativo, salvo quando a representação for obrigatória por força de Lei.
- 54** O dever de não agir de modo temerário impede que o administrado apresente alegações sabidamente infundadas ou que utilize o processo administrativo de forma incompatível com a lealdade e com a boa-fé.
- 55** O direito de formular alegações e de apresentar documentos antes da decisão fica condicionado à demonstração prévia de que tais elementos serão acolhidos pela autoridade competente.

À luz da Lei de Acesso à Informação (LAI) – Lei nº 12.527/2011 – e dos decretos que a regulamentam, julgue os itens a seguir, quanto à transparência pública e ao acesso à informação.

- 56** Uma organização social que receba recursos públicos, inclusive mediante contrato de gestão, para executar projeto de interesse coletivo, deverá observar a LAI, no que couber, quanto à parcela dos recursos públicos recebidos e à respectiva destinação, sem que tal dever de publicidade se estenda automaticamente às receitas privadas estranhas ao ajuste celebrado com o Poder Público.
- 57** Para os fins da LAI, considera-se informação sigilosa aquela submetida à restrição de acesso público, em razão de sua relevância estratégica para a Administração Pública, ainda que a restrição decorra de critério administrativo de conveniência e não esteja vinculada à segurança da sociedade ou do Estado.

- 58 De acordo com o Decreto nº 7.724/2012, deverão ser atendidos os pedidos de acesso à informação que exijam trabalhos adicionais de análise, de interpretação ou de consolidação de dados e informações, desde que o requerente indique a finalidade da solicitação e assuma os custos correspondentes ao serviço.
- 59 Caso a informação solicitada esteja disponível ao público em meio eletrônico de acesso universal, o órgão ou a entidade pública deverá informar ao requerente, por escrito, o lugar e a forma pela qual poderá consultar, obter ou reproduzir a informação, ficando desonerado de seu fornecimento direto, salvo se o requerente declarar não dispor de meios para realizar, por si mesmo, esse procedimento.
- 60 Como alternativa ao prazo máximo de cinco anos previsto para a informação classificada como reservada, poderá ser estabelecida como termo final da restrição de acesso a ocorrência de determinado evento, desde que este ocorra antes do transcurso do prazo máximo de classificação.
- 61 As informações relativas à remuneração e ao subsídio recebidos por ocupante de cargo, de posto, de graduação, de função ou de emprego público devem ser divulgadas em portal de transparência apenas de forma consolidada ou anonimizada, pois a sua divulgação individualizada depende de consentimento do agente público, por envolver informação pessoal protegida pela LAI.
- 62 No âmbito do Poder Executivo federal, caso seja negado pedido de desclassificação de informação protocolado em órgão ou entidade, o requerente poderá recorrer à Controladoria-Geral da União, desde que a decisão impugnada tenha sido, previamente, submetida à apreciação de, pelo menos, uma autoridade hierarquicamente superior àquela que a proferiu.
- 63 A pessoa física ou entidade privada que detiver informações em virtude de vínculo de qualquer natureza com o Poder Público e deixar de observar o disposto na Lei nº 12.527/2011 estará sujeita às sanções de advertência, de multa, de rescisão do vínculo com o Poder Público, de suspensão temporária de participar em licitação e de impedimento de contratar com a Administração Pública por prazo não superior a dois anos, bem como estará sujeita à declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Com base na Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) –, julgue os itens seguintes.

- 64 Uma empresa estrangeira que não possuir estabelecimento físico no Brasil, mas que oferecer aplicativo a usuários localizados no território nacional e trate dados pessoais desses usuários, submeter-se-á à LGPD, independentemente do meio, do país de sua sede ou do país onde estejam localizados os dados.
- 65 O dado anonimizado será, sempre, considerado dado pessoal para os fins da LGPD, ainda que o titular não possa ser identificado mediante a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.

- 66 Ainda que o tratamento de dados pessoais esteja amparado em finalidade legítima, específica, explícita e informada ao titular, o agente de tratamento deverá limitar-se aos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- 67 No tratamento de dados pessoais de crianças, o consentimento específico e em destaque deverá ser dado por, pelo menos, um dos pais ou pelo responsável legal, admitindo-se a coleta sem consentimento quando ela for necessária para contatar os pais ou o responsável legal, hipótese na qual os dados poderão ser armazenados para futuras comunicações relacionadas ao interesse da criança.
- 68 Constituem receitas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) as dotações orçamentárias, as doações, os valores apurados na venda ou no aluguel de bens de sua propriedade, os recursos provenientes de acordos, convênios ou contratos e o produto das multas administrativas por ela aplicadas.
- 69 A confirmação de existência ou do acesso aos dados pessoais será providenciada, mediante requisição do titular, em formato simplificado, imediatamente, ou por meio de declaração clara e completa, fornecida no prazo de até 15 dias, contado da data do requerimento do titular, sendo observadas as informações sigilosas comercial e industrial.
- 70 O Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade será composto de 25 representantes, titulares e suplentes, entre os quais se incluem 5 representantes do Poder Executivo federal e 3 representantes do Senado Federal.



ANOTAÇÕES

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Acerca de administração, administração financeira, administração de pessoas, administração de materiais, procedimentos administrativos, manuais administrativos, organização e métodos, gestão de estoque e suprimentos de escritório, julgue os itens a seguir.

- 71** Em uma entidade pública que pretende ampliar a capacidade de atendimento ao cidadão, a fixação de metas institucionais, a definição dos meios necessários para alcançá-las, a estruturação das unidades responsáveis pela execução, a orientação dos servidores envolvidos e a verificação posterior dos resultados constituem manifestações das funções de planejamento, organização, direção e controle.
- 72** Em uma repartição pública, a criação de setores, a distribuição de atribuições entre unidades administrativas e a definição de linhas de autoridade caracterizam a função de planejamento, pois estabelecem os objetivos institucionais e os cursos de ação a serem seguidos.
- 73** Na análise do fluxo de caixa, o pagamento aos fornecedores pela aquisição de mercadorias destinadas à revenda deve ser classificado no fluxo de investimentos, pois os estoques representam a aplicação de recursos em bens necessários ao funcionamento da organização.
- 74** Suponha-se que, em determinado almoxarifado, o estoque inicial de materiais de consumo tenha sido de R\$ 12.000, as saídas de materiais para atendimento às requisições internas tenham totalizado R\$ 18.500 e o estoque final apurado tenha sido de R\$ 9.800. Nesse caso, considerando-se que não houve devoluções, perdas, ajustes, reclassificações ou outras entradas além das compras do período, é correto afirmar que as compras de materiais totalizaram R\$ 16.300.
- 75** O mapeamento de competências, no âmbito da administração de pessoas, não se limita à identificação das atribuições formais previstas para cargos ou funções, pois permite comparar as competências requeridas pelas atividades organizacionais com aquelas efetivamente demonstradas pelos servidores, subsidiando as decisões de capacitação, de alocação e de desenvolvimento profissional.
- 76** A inserção, em manual administrativo, da sequência de atos para o recebimento, a conferência, o registro, a tramitação e o arquivamento de documentos caracteriza apenas uma orientação genérica de conduta institucional, pois não formaliza procedimento administrativo nem descreve rotina operacional.
- 77** A revisão de uma rotina de protocolo que envolva o levantamento do fluxo de documentos, a identificação de conferências duplicadas, a eliminação de etapas sem utilidade administrativa, a padronização de formulários e a redefinição da sequência de tramitação caracteriza a atuação de organização e métodos, ainda que não haja alteração do organograma nem implantação de sistema informatizado.

- 78** A padronização de suprimentos de escritório, como papéis, canetas, pastas e envelopes, deve ser evitada na gestão de estoques, pois a ampliação irrestrita da variedade de itens disponíveis aumenta a autonomia dos setores requisitantes e reduz a necessidade de controle pelo almoxarifado.
- 79** Suponha-se que um determinado almoxarifado tenha adotado o método FEFO para controlar a saída de suprimentos e possuísse três lotes do mesmo item: lote A, recebido em março e com vencimento em dezembro; lote B, recebido em abril e com vencimento em agosto; e lote C, recebido em maio e com vencimento em outubro. Nesse caso, é correto afirmar que a primeira saída deverá recair sobre o lote A, por ter sido recebido antes dos demais.

A respeito das licitações e dos contratos administrativos, julgue os itens seguintes, à luz da Lei nº 14.133/2021, da Lei nº 13.019/2014 e do Decreto nº 10.024/2019.

- 80** No que concerne à Lei nº 14.133/2021, são modalidades de licitação: pregão; concorrência; concurso; leilão; e diálogo competitivo. Além dessas modalidades, a Administração poderá servir-se dos procedimentos auxiliares previstos na referida Lei, sendo vedada a criação de outras modalidades de licitação ou a combinação daquelas legalmente previstas.
- 81** Quanto à Lei nº 14.133/2021, o processo de licitação observará as seguintes fases, em sequência: preparatória; de divulgação do edital de licitação; de apresentação de propostas e lances, quando for o caso; de julgamento; de habilitação; recursal; e de homologação.
- 82** Na celebração de parcerias regidas pela Lei nº 13.019/2014, é vedado à Administração Pública dispensar a realização do chamamento público, ainda que se trate de caso de guerra, calamidade pública, grave perturbação da ordem pública ou ameaça à paz social.
- 83** O pregão, na forma eletrônica, poderá ser utilizado para contratações de obras, locações imobiliárias e alienações, desde que o edital adote os critérios de julgamento de menor preço ou maior desconto.

Acerca da estrutura organizacional, das relações humanas, do desempenho profissional, do desenvolvimento de equipes de trabalho, da cidadania e das relações públicas, julgue os itens a seguir.

- 84** Na estrutura funcional, correspondente à departamentalização por funções, as atividades são agrupadas em unidades organizacionais de acordo com as principais funções desenvolvidas na organização e com base em habilidades, conhecimentos e recursos similares.
- 85** Na estrutura divisional, as unidades organizacionais são formadas com base exclusiva na especialização técnica dos servidores, razão pela qual ela reproduz a lógica da estrutura funcional e dificulta a responsabilização de cada divisão por produtos, serviços, clientes, processos ou regiões.

- 86** A existência de conflito interpessoal em uma unidade administrativa permite concluir que as relações humanas estão, necessariamente, comprometidas e que o desempenho profissional será prejudicado, razão pela qual a gestão deve eliminar toda divergência entre servidores, ainda que decorrente de interesses ou de alternativas de decisão incompatíveis.
- 87** Em equipes de trabalho compostas de profissionais com competências distintas e complementares, a diversidade de conhecimentos e de habilidades tende a reduzir a necessidade de coordenação e de integração entre os membros, uma vez que cada profissional atua de forma autônoma em sua especialidade técnica, sem depender das atividades desempenhadas pelos demais integrantes da equipe.
- 88** Em órgãos e entidades públicas, as relações públicas integram a comunicação institucional e voltam-se à gestão do relacionamento com públicos internos e externos, não se limitando à publicidade de atos oficiais, pois também abrangem a construção da imagem institucional, a manutenção de canais de comunicação com usuários e o tratamento de manifestações em perspectiva de cidadania e interesse público.

No que se refere à comunicação organizacional no contexto da comunicação interna e externa, à redação oficial de documentos, aos tipos de documentos administrativos e à expedição de correspondência, julgue os itens seguintes.

- 89** Suponha-se que, em uma autarquia, o gestor tenha deixado de repassar à equipe informações relevantes a respeito da alteração de procedimento administrativo, por receio de gerar insegurança entre os servidores. Desse modo, como consequência, parte da equipe executou a rotina com dados incompletos. Nesse caso, é correto afirmar que se verificou uma barreira de comunicação por omissão, caracterizada pela ausência de informações importantes.
- 90** Suponha-se que algumas informações acerca das alterações na rotina administrativa tenham passado a circular espontaneamente entre servidores de diferentes setores e níveis hierárquicos, fora da cadeia formal de comunicação e com base em vínculos interpessoais. Nesse caso, é correto afirmar que predomina a comunicação informal em fluxo circular.
- 91** Em uma comunicação oficial que trate de assunto técnico, o redator deve privilegiar a demonstração de domínio especializado, utilizando vocabulário rebuscado e construções sintáticas complexas sempre que isso conferir maior formalidade ao texto.
- 92** A concisão na redação oficial consiste em transmitir a informação necessária com o menor número possível de palavras, eliminando excessos, repetições e detalhes dispensáveis, sem comprometer a clareza, a precisão e a compreensão integral da mensagem administrativa.
- 93** Conforme a terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República, mantém-se a distinção formal entre o aviso, o ofício e o memorando, cabendo o uso do memorando como expediente próprio para comunicações entre unidades administrativas de um mesmo órgão.

- 94** Suponha-se que, em um órgão público, algumas correspondências recebidas de usuários tenham sido registradas, classificadas por assunto, encaminhadas às unidades competentes e acompanhadas quanto à sua tramitação interna. Nesse caso, é correto afirmar que as providências descritas se inserem nas atividades de protocolo documental, voltadas ao controle da entrada e da movimentação de documentos na organização.

No que diz respeito ao atendimento ao público, às relações interpessoais e à prestação de serviços em ambientes organizacionais, julgue os itens a seguir.

- 95** A presteza no atendimento ao público não se confunde com resposta apressada ou incompleta, pois a qualidade do atendimento exige que o servidor atue com rapidez compatível com a demanda, a clareza na orientação e o encaminhamento adequado, de modo a favorecer a solução efetiva da necessidade apresentada pelo usuário.
- 96** Suponha-se que, ao atender presencialmente um usuário que buscava orientação acerca de determinado serviço público, um servidor tenha fornecido informações corretas, porém demonstrou impaciência diante das dúvidas apresentadas e interrompeu os esclarecimentos para acelerar o atendimento. Nesse caso, é correto afirmar que a qualidade do atendimento foi preservada, uma vez que as informações transmitidas estavam corretas.
- 97** Suponha-se que, ao atender um usuário em evidente angústia, um servidor tenha demonstrado empatia, ouvindo atentamente a demanda e, para evitar maior desgaste emocional, tenha deixado de exigir um documento obrigatório para a abertura do pedido. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta foi adequada, pois a empatia permitiu ajustar o atendimento às circunstâncias pessoais do cidadão.
- 98** Suponha-se que, durante um atendimento presencial, um servidor tenha prestado orientação correta, mas manteve olhar fixo na tela, fez gestos apressados e não demonstrou atenção às dúvidas do usuário. Nesse caso, é correto afirmar que os sinais não verbais podem comprometer a percepção de qualidade do atendimento, ainda que o conteúdo verbal não tenha sido alterado.
- 99** No serviço público, a comunicação dirigida aos servidores e aos usuários dos serviços deve preservar a coerência institucional, a clareza e o respeito. Contudo, a isonomia exige que a Administração utilize o mesmo canal, a mesma linguagem e o mesmo grau de detalhamento para ambos os públicos, ainda que sejam distintas a finalidade da mensagem e as necessidades dos destinatários.

Quanto ao trabalho em equipe, ao comportamento interpessoal e às relações humanas no ambiente organizacional, julgue os itens a seguir.

- 100** Suponha-se que, no setor de protocolo de um órgão público, um servidor tenha percebido inconsistências recorrentes nos registros feitos por colegas e, sem assumir decisões que competiam a outros agentes, compartilhou orientações, sugeriu conferências prévias e auxiliou pontualmente na correção do fluxo de trabalho. Nesse caso, é correto afirmar que a conduta caracterizou uma cooperação funcional e poderá favorecer o desempenho coletivo.

- 101** Suponha-se que, durante a revisão de um fluxo interno de atendimento, um servidor tenha apresentado orientações claras, organizado as tarefas e sintetizado corretamente as decisões tomadas. Nesse caso, é correto afirmar que, como demonstrou o domínio técnico e a capacidade de comunicação, a sua pouca abertura para questionamentos e as sugestões dos colegas não comprometeram a eficácia de seu comportamento interpessoal.
- 102** Suponha-se que, no ajuste de uma rotina administrativa, a chefia tenha orientado a equipe a evitar contrapontos às propostas iniciais, a fim de preservar a estabilidade do grupo e concluir rapidamente os encaminhamentos. Nesse caso, é correto afirmar que a redução deliberada de questionamentos favorecerá um comportamento receptivo e melhorará a qualidade das decisões coletivas.
- 103** Suponha-se que, ao identificar falha em um encaminhamento interno, um servidor tenha buscado compreender as razões da conduta do colega antes de apontar o equívoco e sugerir correção. Nesse caso, é correto afirmar que a postura adotada pelo servidor favorece a compreensão mútua e contribui para relações interpessoais mais cooperativas.

Acerca da organização e do controle de documentos, julgue os itens a seguir.

- 104** O arquivamento horizontal, caracterizado pela disposição dos documentos uns sobre os outros, é o método indicado para os arquivos correntes, pois permite a consulta rápida dos documentos, sem a necessidade de remover os que se encontram sobre eles.
- 105** A principal finalidade do arquivo é servir à administração, constituindo-se, com o decorrer do tempo, em base do conhecimento da história.

Com base na Lei nº 13.639/2018 e nos Regimentos Internos do Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) e dos Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CRTs), julgue os itens seguintes.

- 106** A estrutura dos sistemas dos CRTs e do CFT prevê que os Conselhos Regionais possuem autonomia administrativa e financeira, devendo o CFT deter 15% da arrecadação bruta de anuidades e taxas para o seu custeio.
- 107** A competência para intervir em um Conselho Regional é uma atribuição discricionária do presidente do CFT, podendo ocorrer mesmo sem a constatação de violação direta da Lei ou do Regimento Interno.
- 108** No âmbito do CRT-ES, o plenário é definido como o órgão colegiado decisório de primeira instância recursal para assuntos de sua competência territorial.
- 109** O plenário do CFT terá uma composição de 12 conselheiros, independentemente do número de unidades federativas representadas, para garantir a celeridade das decisões.
- 110** A instauração de um processo disciplinar no âmbito dos Conselhos depende exclusivamente da representação de uma autoridade ou uma pessoa interessada, sendo vedada a abertura de processo de ofício pelo Conselho.

Com base na Lei nº 13.639/2018 e nas Resoluções nº 141/2021, nº 206/2022 e no Regimento Interno do CRT-ES, julgue os itens a seguir.

- 111** Em uma situação de emergência técnica, o profissional ficará isento da multa de 300% por falta de termo de responsabilidade técnica (TRT), desde que providencie a regularização do documento assim que possível.
- 112** Para um Conselho Regional que possua 20 conselheiros titulares, o quórum mínimo necessário para a instalação de uma reunião plenária é de 10 membros presentes.
- 113** O profissional que abandonar um contrato firmado com o contratante sem justa causa comete uma infração ética passível de sanção imediata de cancelamento definitivo do registro.
- 114** Na condição de autor de projeto ou responsável pela execução de serviço ou obra, o técnico industrial tem a obrigação de manter a placa de identificação da atividade técnica visível ao público.
- 115** Na estrutura organizacional e decisória, a diretoria executiva do CRT-ES é definida como o órgão colegiado de primeira instância recursal para assuntos de sua competência territorial, sendo as suas deliberações administrativas e financeiras soberanas, o que impede a interposição de recursos ao CFT.

Acerca das relações éticas e das disciplinares, julgue os itens seguintes, de acordo com a Resolução CFT nº 206/2022 (Código de Ética).

- 116** O Código de Ética Profissional do Técnico Industrial é estruturado como um pacto coletivo que visa à conduta profissional cidadã, sendo a sua aplicação mandatória para todas as modalidades técnicas sem distinção.
- 117** O cancelamento do registro profissional é uma medida imperativa em casos de condenação criminal transitada em julgado por crime doloso contra a vida ou violência contra a mulher.
- 118** De acordo com as condutas vedadas, um técnico industrial pode aceitar um contrato para o qual não possua atribuição efetiva, desde que comprove estar sob a supervisão direta de um profissional de outra categoria.

Com base na Resolução nº 141/2021, que estabelece os procedimentos e os requisitos para o registro de pessoas físicas nos Conselhos Regionais de Técnicos Industriais, julgue os itens a seguir.

- 119** A estrutura normativa da Resolução estabelece uma distinção clara entre as modalidades de registro. Assim, enquanto o registro definitivo é vinculado à apresentação do diploma de conclusão de curso, o registro provisório destina-se àqueles que apresentam apenas certificado ou atestado de conclusão ou, ainda, aos estrangeiros com visto e contrato temporários.
- 120** Ao analisar as condições para a interrupção do registro, observa-se que o profissional mantém o direito de exercer atividades técnicas na área de sua formação, desde que não ocupe cargos públicos ou funções de responsabilidade técnica em empresas registradas no CRT.